

A. I. Nº  
AUTUADO  
AUTUANTES

298642.0024/22-8

AKZO NOBEL LTDA.

JOSÉ MACEDO DE AGUIAR, WAGNER RUY DE OLIVEIRA MASCARENHAS  
E JOÃO KOJI SUNANO

ORIGEM  
PUBLICAÇÃO

DAT METRO/IFEP COMÉRCIO

INTERNET – 07/03/2023

#### 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0009-01/23-VD

**EMENTA:** ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE RETENÇÃO E RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. VENDAS REALIZADAS PARA CONTRIBUINTE LOCALIZADOS NO ESTADO DA BAHIA. Autuado reconheceu como devido parte substancial da exigência fiscal, inclusive efetuando o pagamento do valor do débito reconhecido com os acréscimos moratórios e multa. Quanto à parte impugnada, os próprios autuantes na Informação Fiscal reconheceram assistir razão ao autuado e opinaram pela improcedência da autuação. Infração parcialmente subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 09/09/2022, formaliza a exigência de crédito tributário no valor histórico total de R\$ 35.603,06, acrescido da multa de 60%, em razão do cometimento da seguinte infração à legislação do ICMS imputada ao autuado: *Deixou de proceder a retenção do ICMS, e o consequente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados no Estado da Bahia.*

Período de ocorrência: janeiro, março, agosto a setembro de 2018, julho, setembro e outubro de 2019, abril, julho, novembro e dezembro de 2020, abril, junho, agosto, outubro e dezembro de 2021.

O autuado apresentou Defesa (fls. 14 a 16 - frente e verso). Discorre sobre os fatos que ensejaram a autuação.

Consigna que discorda parcialmente da autuação no que tange aos documentos cuja listagem apresenta, referente às Notas Fiscais nºs. 134249, 139074, 141647, 143075 e 148583.

Alega que se trata de indústria de tintas com o CNAE principal 20.71-1-00 – Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas, sendo enquadrado no Anexo XXIII do Convênio n. 142/18.

Diz que se verifica que as NCM/SH referentes aos itens e documentos listados e apontados pelos autuantes não fazem parte do Anexo XXIII do Convênio nº 142/18. Alega que deixou a Fiscalização de observar tratar-se de caso de inaplicabilidade de retenção do ICMS substituto e consequente inexistência da obrigação tributária, restando evidente ser indevida a referida exigência fiscal.

No tocante à parte reconhecida como procedente, no valor histórico total de R\$ 34.435,77, mais acréscimo moratório e multa, totalizando o valor de R\$ 42.490,60, diz que providenciou a quitação, conforme DAE (Doc. 04) e comprovante de pagamento bancário (Doc. 05).

Finaliza a peça defensiva requerendo a procedência parcial do Auto de Infração para desconsiderar a parte não reconhecida no valor histórico de R\$ 1.167,29. Protesta pela posterior juntada de outros documentos destinados a contrapor fatos ou razões, posteriormente trazidos aos autos.

O autuante José Macedo de Aguiar prestou a Informação Fiscal (fl. 32), esclarecendo que o

autuado recolheu o ICMS ST da parte reconhecida (fl. 26) e quanto à parte impugnada de R\$ 1.167,29, deve ser acatada.

Finaliza a peça informativa dizendo que nada restando a declarar opina pela homologação do pagamento e arquivamento do PAF.

### VOTO

A acusação fiscal é de que o autuado não procedeu a retenção do ICMS, e o consequente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subsequentes, nas vendas realizadas para contribuintes localizados no Estado da Bahia.

O enquadramento legal da conduta infracional imputada ao autuado consta no Auto de Infração como sendo o art. 10 da Lei n. 7.014/96 c/c as cláusulas primeira, quarta e quinta do Convênio ICMS n. 74/94 e alterações posteriores.

Observo que do valor histórico total do ICMS exigido de R\$ 35.603,06 o autuado reconheceu como devido o valor de R\$ 34.435,77, tendo inclusive efetuado o pagamento do valor reconhecido com os acréscimos moratórios e multa no total de R\$ 42.490,60, conforme comprovante acostado aos autos.

No tocante à parte impugnada, no valor de R\$ 1.167,29, o autuado alega que o código NCM/SH referentes às mercadorias acobertadas pelas Notas Fiscais nºs. 134249, 139074, 141647, 143075 e 148583, no caso NCM/SH 38140090, 32141020 e 38249939, não fazem parte do Anexo XXIII do Convênio n. 142/18, sendo, portanto, indevida a exigência de retenção do ICMS ST, fato não observado pela Fiscalização.

O Auditor Fiscal que prestou a Informação Fiscal informa que o autuado recolheu o ICMS ST da parte reconhecida (fl. 26) e quanto à parte impugnada de R\$ 1.167,29, diz que deve ser acatada.

Diante disso, restando reconhecida pela própria Fiscalização assistir razão ao autuado quanto a ser indevida a exigência fiscal referente às Notas Fiscais nºs. 134249, 139074, 141647, 143075 e 148583, código NCM/SH das mercadorias 38140090, 30089090, 32141020 e 38249939, cabe a exclusão dos respectivos valores do Demonstrativo de Débito do Auto de Infração, o que resulta na exclusão total dos períodos de 31/12/2020, 30/04/2021, 30/06/2021 e 31/12/2021, originalmente constante no Auto de Infração.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

### RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **298624.0024/22-8**, lavrado contra **AKZO NOBEL LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 34.435,77**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 01 de fevereiro de 2022.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE/RELATOR

LUIS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR

OLEGARIO MIGUEZ GONZALEZ - JULGADOR